

IAOD do Deputado Zheng Anting em 20.01.2016

Zelar pelos interesses da população, rever o salário mínimo

Senhor Presidente,
Caros colegas,
boa tarde!

A lei intitulada «Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial» entrou em vigor no dia 1 de Janeiro deste ano. Apesar de a lei poder proteger, de acordo com as estimativas do Governo, 4650 pessoas, originou uma série de problemas na administração predial, atingindo quase toda a RAEM.

São exemplos desses problemas: o aumento global do montante do condomínio; a vaga de retirada de empresas de administração predial, provocada pela falta de consenso entre os proprietários, a comissão de gestão e a empresa de administração quanto ao aumento; em casos extremos, algumas empresas avançam com um aumento exorbitante, alegando o salário mínimo, e ameaçam cortar os serviços ou retirar-se, se os proprietários não consentirem, provocando conflitos frequentes entre as duas partes; com a aproximação do Ano Novo Chinês, a falta de administração implica riscos para a segurança do condomínio. Além disso, o objectivo original de definir o salário mínimo é o de proteger os trabalhadores com baixos rendimentos desta área, e permitir aos trabalhadores de limpeza e segurança uma remuneração para suprir as primeiras necessidades. Porém, eles podem realmente ser beneficiados pela lei? A realidade é: em caso de retirada da empresa de administração, há a possibilidade de estes trabalhadores não conseguirem garantir o seu emprego e muito menos o salário mínimo. Outra situação é: com a protecção do salário mínimo, vão ingressar nesta área trabalhadores com baixos rendimentos de outras actividades, expulsando aqueles mais idosos e menos competitivos para outras áreas não contempladas pelo salário mínimo, desprovendo-os do suporte de vida. Na verdade, eclodiram sem nenhuma excepção todos os problemas que preocupavam a sociedade aquando da elaboração da proposta de lei.

De facto, trata-se de uma medida com uma série de consequências e, antes da legislação, o Governo não considerou bem, e com cuidado, como responder aos problemas suscitados pelo salário mínimo. Cabe agora ao Governo resolver as questões sociais originadas pela implementação desta medida para evitar o agravamento dos problemas. A regulamentação do salário mínimo tinha por objectivo a protecção dos trabalhadores com baixos rendimentos, mas, quando as empresas de gestão de propriedades começam a despedir os seus trabalhadores para redução de custos, onde é que está essa protecção se os trabalhadores nem conseguem garantir o seu emprego? Trata-se, afinal, de uma medida com

encargos mais pesados para a sociedade. Na minha opinião, o Governo deve garantir a oportunidade de emprego aos trabalhadores com baixos rendimentos, esclarecendo quanto antes que mecanismos têm as autoridades para responder à actual situação. Por outro lado, os dois regimes jurídicos sobre a gestão de condomínio e sobre a actividade das empresas de administração de propriedades devem entrar em vigor quanto antes, devendo os problemas sociais agora suscitados pelo salário mínimo ser considerados também na discussão desses dois diplomas legais.

Mais, após a implementação do salário mínimo, alguns edifícios podem deparar-se com o problema de ficar sem empresa de gestão de condomínio e essa preocupação é ainda maior para os moradores devido à proximidade do Ano Novo Lunar. Por isso, o Governo deve reforçar as acções de sensibilização dos moradores para a prevenção da criminalidade e, ainda, apoiar as empresas de gestão de condomínios a utilizarem mais as novas tecnologias para manter a segurança nos edifícios, por exemplo, através da instalação de sistemas de monitorização e de equipamentos de alarme policial como forma de prevenir a criminalidade, com o acesso controlado de pessoas estranhas aos edifícios. Deste modo, deve haver uma maior colaboração entre as autoridades policiais e os cidadãos para as acções de prevenção e de combate à criminalidade poderem surtir um melhor efeito.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 20.01.2016

Pergunta a população: o posto fronteiriço da Ilha da Lapa encerrou, então, porque é que o Governo de Macau não divulgou nada antes deste acontecimento?

Segundo uma notícia dos média: “o alpendre, onde se encontra o posto fronteiriço da Ilha da Lapa, foi classificado como edifício em ruínas de nível DSU e o seu funcionamento foi suspenso, provisoriamente, a partir de ontem. Segundo as opiniões de várias pessoas, a actual forma de tratamento, ou seja, não se dispor de quaisquer medidas de contingência e apenas ‘encerrá-lo e mais nada’ não é apropriado, o que traz inconvenientes aos cidadãos e turistas que utilizam aquele posto fronteiriço”.

Segundo especialistas e académicos, sob o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, Macau e Zhuhai seguem o princípio de “igualdade de negociação, de benefícios e ganhos mútuos” para um desenvolvimento conjunto com sustentabilidade e estabilidade. Em paralelo, segundo a Reunião sobre a cooperação Zhuhai-Macau 2013, foi decidido um reforço de cooperação em 5 vertentes determinadas, das quais, no seu 3.º ponto, apontou-se o seguinte: “Acelerar a construção de infra-estruturas transfronteiriças e acessibilidades alfandegárias, reforçar a convergência urbanística entre as duas partes e acelerar a criação de uma rede integrada de transportes entre Zhuhai-Macau”. No entanto, enquanto posto fronteiriço importante de ligação entre Macau e Zhuhai, a Ilha da Lapa, separada de Macau por um espaço marítimo, consegue repartir o fluxo diário dos passageiros que passam pelas Portas do Cerco.

Mais, segundo o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e sob o mecanismo de cooperação Guangdong-Macau, o encerramento do posto fronteiriço, por ser um assunto relevante, devia, supostamente, ser anunciado e justificado. Porque é que, só um dia antes da suspensão do funcionamento do posto fronteiriço da Ilha da Lapa é que a Administração divulgou a respectiva notícia, e os cidadãos e turistas apenas ficaram a saber através do aviso afixado no posto? Isto causou enormes inconvenientes aos cidadãos e turistas que utilizam aquele posto. Assim, face ao encerramento do posto fronteiriço da Ilha da Lapa, será que as autoridades de Macau estavam inteiradas da situação, mas tomaram a decisão de o divulgar apenas na véspera do encerramento? Será que existem problemas no próprio mecanismo de comunicação ou há outras razões? Será este um mecanismo apropriado de comunicação e cooperação entre Zhuhai e Macau?

Alguns residentes afirmaram que o número de turistas e residentes que atravessam a fronteira das Portas do Cerco já atingiu o ponto de saturação. De acordo com os dados, anualmente, registam-se mais de 90 milhões de passagens pela referida fronteira e a média diária é de 250 mil. Estamos perto do Ano Novo

Chinês, por isso, haverá decerto um aumento do número de passagens pelas fronteiras de Macau. Com o encerramento do Posto Fronteiriço do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Interior, mais turistas irão atravessar a fronteira das Portas do Cerco e esta vai ficar ainda mais sobrelotada nos feriados. Mais, alguns turistas e residentes estão habituados a atravessar a fronteira do Porto Interior e o seu encerramento irá causar incómodos.

Os residentes pediram-me para colocar as seguintes questões ao Governo: existe algum problema de comunicação entre a Administração de Macau e os serviços congéneres de Zhuhai quanto ao encerramento da fronteira do Porto Interior, porque foram as autoridades de Zhuhai que encerraram a sua fronteira? Como é que se pode manter a estabilidade do desenvolvimento de cooperação entre a província de Cantão e Macau se existirem problemas nos mecanismos de diálogo? Como é que os serviços competentes podem disponibilizar melhor comodidade aos residentes e turistas que estão habituados a atravessar uma determinada fronteira? Os serviços competentes avaliaram se o encerramento da fronteira do Porto Interior irá acarretar maior aglomeração de pessoas na fronteira das Portas do Cerco? Quais são as medidas que os serviços competentes dispõem para resolver com a maior brevidade estas questões?

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 20.01.2016

Optimizar o regime das obras públicas e melhorar a regulação da gestão do sector envolvido

Nestes últimos anos, a sociedade tem prestado atenção à autorização e fiscalização das obras públicas, pois muitas encontram-se “sem orçamento, sem data para a sua finalização, sem fiscalização e sem qualidade”. A execução das várias grandes obras públicas não é satisfatória. Para além disso, os litígios envolvendo as obras públicas não foram atempadamente resolvidos. Parece que tais situações já passaram a ser uma normalidade em Macau, o que, para além de não se coadunar, oportunamente, com o passo do desenvolvimento socioeconómico, exige também mais despesas financeiras e recursos sociais.

Quanto a isto, o Governo afirmou, há dias, que ia proceder à optimização constante do regime das obras públicas, com vista a elevar a transparência, eficácia e qualidade. Assim, é necessário resolver os seguintes aspectos:

1. Redefinir o prazo das obras públicas

Actualmente, o prazo de execução das obras do Governo é fixado em dias consecutivos e isto não se articula com a regulamentação do Artigo 42.º da Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho) e dos Artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 8/2014 (Prevenção e controlo do ruído ambiental). Pelo exposto, proponho ao Governo que exclua os domingos e feriados no decorrer da fixação do prazo de execução das obras.

2. Optimizar o regime de supervisão e gestão das obras públicas

A execução das obras públicas envolve vários intervenientes, tais como: representantes dos proprietários, fiscalização, execução e controlo de qualidade. Segundo a legislação vigente, os deveres e obrigações dos mesmos não são claros, o que desperdiça tempo e recursos administrativos, resultando em atrasos e problemas de qualidade das obras públicas.

A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) apresentou uma proposta de lei sobre “Regras de gestão do pessoal de estaleiros de construção civil em obras de empreitada ou de locais onde se realizam obras” à Comissão Executiva do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), esforçando-se para que esta entre em processo legislativo ainda este ano. A proposta de lei propõe a criação de um regime de gestão dos subempreiteiros, para que o empreiteiro geral possa dominar a relação entre os subempreiteiros e clarificar os deveres e obrigações do responsável.

Segundo o Governo, no Regime de sistematização do processo de consulta das empreitadas de obras públicas vai ser criada uma base de dados dos empreiteiros que servirá de critério para a sua renovação contratual. Creio que contribuirá para elevar a qualidade das obras. Vai ser criado ainda um regime de classificação para avaliar e reclassificar os empreiteiros, a fim de assegurar a qualidade das obras.

3. Elevar a qualidade das empreitadas

Vão arrancar várias obras públicas de grande envergadura e algumas são de alta complexidade e tecnicidade, e, provavelmente, as empresas locais de construção civil não têm experiência ao nível dos projectos e da execução.

No lançamento dos concursos de obras públicas, deve permitir-se a colaboração entre os locais e as empresas estrangeiras com experiência e qualificação, por forma a promover o desenvolvimento das técnicas das obras e a formação de talentos locais.

IAOD dos Deputados Song Pek Kei e Chan Meng Kam em 20.01.2016

Despesas avultosas com o arrendamento de escritórios é significado de miopia do Governo

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Chan Meng Kam.

No ano passado, o Governo avançou com medidas de austeridade, no entanto, o orçamento para o arrendamento de escritórios cresceu em flecha – de 646 milhões de patacas em 2014 para 788 milhões em 2015, até 1090 milhões este ano, 1,5 vezes mais do que em 2011, em que foram 420 milhões. Segundo o deputado Chan Meng Kam, que acompanha esta questão desde 2011, o facto de os gabinetes do Governo se encontrarem dispersos em edifícios comerciais, para além de não favorecer a sua imagem, prejudica a eficiência administrativa, originando despesas avultadas, em detrimento do princípio de bom uso do erário público. Por isso, sugeriu ao Governo que aproveitasse os terrenos desocupados para construir, atempadamente, instalações, por forma a diminuir as despesas com o arrendamento, atendendo assim às reivindicações da sociedade.

Passaram vários anos, e apesar de o Governo ter construído alguns edifícios de escritórios e da queda das rendas, estas despesas, em vez de diminuírem, dispararam, o que é, de facto, lamentável. No orçamento deste ano, as despesas dos serviços públicos simples destinadas ao arrendamento de imóveis totalizam 640 milhões, um aumento de 58% em relação ao ano passado, e no caso dos serviços com autonomia, por exemplo o IACM, mesmo depois da transferência das actividades desportivas e culturais, o montante subiu de 43 milhões e 150 mil para 58 milhões, um aumento de 34%...

Sobre esta situação anormal, durante o debate das LAG, o deputado Chan voltou a levantar questões. Face à reivindicação da sociedade em termos duma maior transparência, o Secretário para a Economia e Finanças, além de manifestar a sua preocupação, respondeu que «a divulgação das informações pode aumentar a transparência, mas receio que isso afecte o mercado imobiliário e preciso de ouvir a opinião pública». No entanto, a população discorda deste tipo de demagogia e considera que um Governo transparente não deve temer a luz. Afinal, o que é que o Governo tem a esconder sobre o arrendamento? Será que está a manipular o mercado? Ou será que perdeu a cabeça por ter muito dinheiro? A população tem uma resposta. Na minha opinião, ao despender volumosos montantes no arrendamento de escritórios só pode ser visão curta e omissão do Governo.

Desde 2011 que estão a ser construídos novos edifícios para vários serviços - Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), Serviço de Migração do Corpo de Polícia de Segurança Pública, Tribunal de Segunda Instância, etc.. Macau é pequena mas o seu Governo é grande, portanto, é impossível construir, do pé para a mão, várias dezenas de edifícios para as direcções de serviço existentes. O Edifício da DSAT tem 21 andares, foi planeado para sua utilização exclusiva, mas perante a pressão social, acabou partilhado pela DSSOPT. Mas como o espaço não satisfazia as suas necessidades, a DSSOPT teve de arrendar espaço no Edifício da CEM. Uma direcção de serviços que já é tão grande, imagine-se então as despesas envolvidas. O Gabinete de Comunicação Social já mudou para um prédio comercial, e a sua sede original na Rua de S. Domingos transformou-se num abrigo para as baratas. Já foi afectada para uso de outros serviços, mas continua desocupada. Depois do alargamento da estrutura da Polícia Judiciária, o espaço das sedes na Rua Central e na Taipa passou a insuficiente, por isso, foi arrendado o Edifício San Wa. Agora, a ala oeste do Edifício da Polícia Judiciária vai ser demolida, e vai ser construído um museu da PJ na ala este. A antiga sede do tribunal está desocupada há vários anos, etc.. Tudo isto demonstra que o Governo não dá atenção ao bom uso do erário público.

Depois do retorno à mãe pátria, implementou-se o princípio “um país, dois sistemas”. Graças ao apoio do Governo Central, Macau acumulou 500 mil milhões de saldos. Macau é pequena, mas ao longo dos últimos 16 anos, o Governo concedeu muitos terrenos a empresas privadas e a preço baixo. Macau não carece, de facto, nem de terrenos nem de dinheiro para a construção de edifícios para os diversos serviços públicos, carece sim de vontade para agir e assumir responsabilidades. Que herança é que este Governo inteligente vai deixar a Macau? Dispõe de saldos abundantes mas tem de arrendar espaços para abrigar os vários serviços públicos. Será que esta situação vai durar 50 anos?

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 20.01.2016

Só depois de efectuada uma avaliação especializada é que a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude decide a modalidade de ensino especial que os alunos têm de seguir, que são basicamente três: o ensino em turmas integradas, em turmas pequenas e em turmas especiais. As escolas definem os cursos, tendo em atenção as necessidades e a situação de cada aluno, contudo, segundo os encarregados de educação, há ainda margem para melhorias.

Primeiro, no que se refere à avaliação especializada, enquanto primeiro passo para a escolha do tipo de ensino especial. Os serviços que a fazem deixam ainda algo a desejar, pois com o aumento do conhecimento e do grau de aceitação da sociedade em relação ao ensino especial, aliado ainda ao aumento da natalidade nestes últimos anos, aqueles serviços são cada vez mais procurados. A falta de pessoal especializado e de terapeutas competentes para tão pesado fardo afecta a qualidade dos serviços. Segundo um encarregado de educação, o atendimento de cada caso leva muito tempo, e depois de concluída a avaliação, há que esperar vários meses pelos resultados e para marcar as datas para o tratamento. Isto tudo pode levar um ano, o que em nada beneficia o tratamento e a aprendizagem. Nas desordens da fala e dificuldades de aprendizagem, o melhor período para o tratamento é entre os 1 e 5 anos, especialmente para os casos de “borderline”, portanto, quanto mais cedo começar a terapia, maiores as possibilidades de reabilitação. Como a avaliação demora tempo, o período dourado para o tratamento passa, acabando por se afectar o futuro da educação da criança. Segundo alguns encarregados de educação, as suas crianças foram avaliadas há uns anos como portadoras de deficiência e estão a frequentar uma instituição de ensino especial. No entanto, foram recentemente avaliadas como normais, por conseguinte, têm de mudar para o ensino regular. Existem resultados duma avaliação, independentemente dos critérios, sejam os antigos ou os actuais, então, como se justifica essa situação?

Uma das maiores dificuldades do ensino integrado, onde se inclui o ensino especial de sobredotados e portadores de limitações físicas e psicológicas, é a equipa de docentes. Em Macau faltam cursos superiores na área do ensino especial, e atendendo à generalização do ensino integrado, os alunos portadores de deficiência não são orientados por docentes especializados, portanto, todos os docentes deviam saber como trabalhar com estes alunos. Assim sendo, há que saber se é necessário incluir esta vertente nas disciplinas obrigatórias dos cursos de formação de docentes, por forma a dar resposta e a otimizar o ensino integrado.

Resumindo, os alunos são incluídos em turmas do ensino regular até serem avaliados, e se depois de o serem forem classificados como alunos do ensino especial, então, foram inadequadamente colocados naquele tipo de ensino,

podendo prejudicar-se o seu desenvolvimento físico e psíquico. Assim sendo, o Governo deve resolver a lentidão do processo de avaliação, por forma a ser possível a detecção atempada dos casos e intervir a tempo. Aliás, a qualidade do ensino deve ser elevada, portanto, espero que o Governo dê a devida atenção às necessidades de desenvolvimento das crianças e que aperfeiçoe as respectivas políticas.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 20/01/2016

Com o rápido desenvolvimento registado em Macau, a população disparou, passou de 400 mil para 600 mil pessoas em 10 anos, acarretando problemas ao nível dos transportes. Tanto para os residentes como para os visitantes, as dificuldades em apanhar autocarro nas horas de ponta, os atrasos e os congestionamentos do trânsito passaram a ser normais e habituais. Perante a situação, os serviços competentes têm-se esforçado na optimização do sistema de transportes públicos, aumentando a frequência de algumas das principais carreiras, com vista a escoar os passageiros, e aperfeiçoando as paragens e equipamentos complementares, por exemplo, colocando coberturas, isto é, optimizando o hardware e o software.

Quanto às paragens e instalações complementares, encontram-se espalhadas pela cidade, mas podemos concluir, logo à primeira vista, que não existe um padrão em termos da sua dimensão, estilo e cor. Sei que não é fácil construir este tipo de instalações nas vias estreitas e movimentadas, mas uniformizar o modelo e melhorar os equipamentos complementares não só embeleza a cidade como também facilita a sua identificação. Por outro lado, deparamo-nos quase que diariamente com a superlotação dos autocarros, muitos dos passageiros só conseguem entrar aos empurrões, situação que põe em risco a segurança dos mais fracos e dos idosos. Por isso, entendo que os serviços competentes devem estudar a possibilidade de colocar grades, se as condições o permitirem, para uma melhor gestão e manutenção da ordem no acesso aos autocarros, evitando assim o desrespeito pelas filas.

Uma rede de transportes colectivos adequada exige instalações complementares uniformizadas e identificáveis e, ainda, tecnologia sofisticada para a disponibilização de informações. Recentemente, duas concessionárias de autocarros colaboraram na criação duma conta no “*wechat*” com o título “Autocarros de Macau”, para facilitar o acesso imediato às informações sobre a localização dos autocarros, aplicação esta que beneficia apenas os utentes dos serviços de dados móveis. Quanto à criação de um sistema de informação sobre a localização dos autocarros, o Governo pode partir desta aplicação e melhorá-la, e com vista a facilitar ainda mais o acesso à informação, proponho ao Governo que considere a instalação de painéis electrónicos informativos nos locais com grande fluxo de pessoas e nas paragens de autocarros nas zonas turísticas. Os serviços competentes podem tomar como referência a prática de outras cidades, com vista a chegar a um sistema que melhor se adequa à realidade de Macau. Proponho também ao Governo que adite informação diversa sobre os transportes públicos, nomeadamente, sobre as carreiras e localização dos autocarros, nos dispositivos de informação turística instalados nos diversos postos fronteiriços e zonas turísticas, com vista a facilitar as deslocações dos turistas através de uma plataforma de informações interactiva.

Um sistema de transportes ordenado e eficaz exige fiscalização do Governo e coordenação entre os vários intervenientes. O Governo está a esforçar-se na transformação de Macau num centro de turismo e de lazer a nível internacional, portanto, espero que, em colaboração com os serviços competentes, seja possível acelerar a construção de instalações para optimização do sistema de transportes públicos, para que as deslocações de residentes e turistas não sejam afectadas pelos problemas do trânsito. O Governo deve empregar esforços na construção da rede de transportes públicos e respectivas instalações complementares, bem como dar resposta às necessidades sociais ao nível dos transportes públicos. Tudo isto só irá beneficiar o desenvolvimento de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.01.2016

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado em promover o desenvolvimento das empresas sociais, que são instituições que apoiam as pessoas com deficiência a auto-sustentar-se, proporcionando-lhes bastantes oportunidades de emprego. Mas, como faltam políticas de apoio a longo prazo, são poucas as empresas sociais em Macau e o seu desenvolvimento não é muito considerável, o que merece especial atenção e apoio do Governo.

O Governo salientou várias vezes que ia reforçar o apoio às empresas sociais, mas as LAG deste ano pouco falam sobre a matéria. Estas empresas têm de apoiar o emprego dos vulneráveis e responsabilizar-se por lucros e perdas, portanto, o seu custo de exploração é muito elevado quando comparado com as outras empresas em geral. Em 2010, o IAS implementou o “Plano de Apoio Financeiro para a Promoção do Emprego das Pessoas com Deficiência”, com vista a financiar as instituições de serviços sociais sem fins lucrativos. Por fim, apenas uma instituição chegou a ser financiada e está a enfrentar perigo de falência, por isso, o plano não produziu os devidos efeitos. Embora na 2.ª fase desse plano o valor de financiamento tenha sido aumentado, também poucas pessoas foram beneficiadas. Tanto as empresas sociais como as outras enfrentam problemas com o aumento dos custos de exploração e das rendas, e as dificuldades e morosidade no seu desenvolvimento, e assim torna-se difícil ter uma visão do seu futuro.

Devido à natureza específica da exploração das empresas sociais, o seu desenvolvimento exige um ambiente com boas políticas. As autoridades devem rever e aperfeiçoar o referido plano, elevando os seus efeitos de apoio, e, através do aumento de subsídios e a adopção de mais medidas, permitir que mais entidades criem empresas sociais, a fim de dar às pessoas com deficiência mais oportunidades de se desenvolverem e progredirem, e de concretizarem a auto-estima. Para além dos subsídios, em relação às pessoas que criarem pela primeira vez empresas sociais, as quais, na sua maioria, têm falta de experiência de exploração e de gestão, tendo em conta as diferentes fases, como de criação, promoção, desenvolvimento, etc., as autoridades devem definir as respectivas políticas e medidas de apoio. Podem ainda consultar as experiências bem-sucedidas das regiões vizinhas, cooperar com as grandes empresas ou entidades financeiras, no sentido de incentivá-las a fornecer serviços de consultoria gratuitos às empresas sociais, e apresentar opiniões profissionais ao nível da exploração e gestão, apoiando em conjunto o desenvolvimento das empresas sociais.

Neste momento, o desenvolvimento das empresas sociais está na fase inicial e vários residentes têm poucos conhecimentos sobre estas. Na verdade, a melhor forma de apoiar as empresas sociais é comprar ou escolher directamente os seus serviços e produtos. Enquanto maior unidade de aquisição de Macau, o Governo, para além de dar subsídios, pode, ao mesmo tempo, comprar preferencialmente os serviços das empresas sociais, sendo o primeiro a apoiar e a promover o emprego das pessoas com deficiência.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 20.01.2016

Recentemente, duas empresas de autocarros criaram uma página electrónica com informações, em tempo real, sobre a chegada dos autocarros às paragens e respectivas matrículas. Esta informação vai ajudar os residentes a controlarem melhor o seu tempo e a escolher a melhor carreira. De acordo com as informações disponibilizadas, este novo serviço funciona através de GPS e a taxa de precisão atinge os 96%, portanto, subsiste uma taxa de 4% de imprecisão devido à passagem dos autocarros por túneis subterrâneos e às curtas distâncias entre as paragens, que afectam o envio das informações por GPS. Este sistema foi testado há 2 meses e foi aplaudido pelos utentes, contudo, apenas abrange 5/3 das carreiras.

Em 2010, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) gastou 2 milhões com o estudo e testes da “1.ª fase do sistema de disponibilização de informações das carreiras de autocarros”, que inclui a colocação de placares nas paragens, com informação sobre 3 carreiras. Posteriormente, em 2011, quando se iniciou o novo modelo de serviços de autocarros, a DSAT decidiu implementar este sistema mas desta vez com informação sobre todas as carreiras, com o objectivo de fiscalizar a rede de autocarros, de disponibilizar informações sobre a chegada dos autocarros às paragens e sobre o número de autocarros em circulação. Nesse mesmo ano, foi adjudicado o fornecimento e instalação deste sistema a uma empresa, por cerca de 20 milhões, mas como esta não conseguiu finalizar os trabalhos no prazo estipulado, foi-lhe aplicada uma multa de 3,5 milhões.

Mas, entretanto, as autoridades continuaram a pressionar a empresa para avançar com o sistema. Em Maio de 2014, na resposta a uma interpelação, o Governo afirma que: “o sistema de controlo das operações e o dispositivo instalado a bordo dos autocarros estão basicamente concluídos, podendo assim aquele cumprir o objectivo de fiscalização dos autocarros. Já foram efectuados, e de forma célere, testes e ajustamentos ao sistema, relativamente às informações sobre a localização dos autocarros, e quanto ao dispositivo instalado na parte dianteira, verificou-se que o seu funcionamento é estável. Depois da conclusão do sistema de gestão dos autocarros, e de verificadas a precisão e estabilidade da função de informação da sua localização, terão início as obras de instalação dos painéis electrónicos”.

Mas, até hoje, ainda nada foi feito. Portanto, o Governo dificilmente conseguirá justificar-se perante a sociedade quanto ao acompanhamento e à fiscalização do sistema de localização dos autocarros. Face ao exposto, solicito ao Governo que exija, quanto antes, à empresa em causa que avance com o referido sistema, e que este abranja todas as carreiras, para que os residentes consigam saber a que horas é que os autocarros chegam a cada paragem, e possam escolher a carreira

mais adequada para as suas deslocações, e ainda, para que a política de primazia dos transportes públicos possa ser concretizada!

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.01.2016

É por falta de solos, de património ou de espaços que o Governo tem de despender avultados fundos públicos para arrendar ao sector privado espaços para instalar serviços públicos ou para responder às necessidades dos residentes, em termos de áreas para actividades ou estacionamento. Não obstante ser esta a sua “resposta modelo”, o certo é que não poucas instalações estão desocupadas por um longo período de tempo.

Por exemplo, o centro de comidas do Edifício dos Vendilhões de Iao Hon entrou em funcionamento em Outubro de 2012, mas os dois pisos do centro de comidas do Mercado de Iao Hon estão ainda desocupados, sem planos ou projectos para o seu aproveitamento; e o parque para motociclos, com mil lugares de estacionamento, sito na parte central da 1.^a cave da Rotunda Ferreira do Amaral foi criado há seis anos, mas ainda está desocupado, sem planos ou projectos para o seu aproveitamento.

Isto também acontece com os espaços arrendados com recurso ao erário público. Por exemplo, tomou o Governo de arrendamento em 2009 o Centro Comercial “San Kin Wa” para servir de centro de prestação de serviços ao público, mas, em 6 anos, o seu 1.º andar só foi aproveitado para a realização de uma ou duas exposições de curta duração, ficando o resto do tempo desocupado. Quantos desses casos haverá ainda? É absolutamente premente que os serviços responsáveis pela gestão do património e pelo arrendamento encarem com seriedade essa questão.

Segundo o Orçamento para 2016, os encargos com o arrendamento de espaços para servir de instalações de serviços públicos ou para a prestação de serviços rondam a casa dos mil e cem milhões de patacas, o que é extremamente pesado. O Governo deve, quanto antes, rever a situação, no sentido de aproveitar os espaços arrendados, mas desocupados, bem como tornar pública a relação dos espaços desocupados arrendados e integrados no Património do Estado, e apresentar planos de reforma e de acompanhamento, de modo a racionalizar a utilização dos fundos públicos e dos espaços.

Além disso, mais uma vez apelo ao Governo para lançar, quanto antes, a construção do Palácio das Repartições Públicas e dos Tribunais na zona “B” dos aterros urbanos, de forma a resolver o problema da falta de espaço e da dispersão, e ainda reduzir os encargos pelo arrendamento de espaços em edifícios comerciais.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Cheang Chi Keong e Chui Sai Peng José em 20.01.2016

O novo horário de funcionamento das três fronteiras (Portas do Cerco, Flor de Lótus e Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau) entrou em vigor em 18 de Dezembro de 2014, permitindo produzir efeitos de triagem e aliviar a pressão da passagem na fronteira das Portas do Cerco.

Após um ano de implementação do novo horário, segundo os dados estatísticos referentes ao período entre Janeiro e Novembro de 2015, o número total de passageiros nas sete fronteiras ultrapassou 146 milhões, um aumento de 9 por cento em comparação com o mesmo período de 2014, sendo 110 milhões na fronteira das Portas do Cerco, 7 milhões na da ponte Flor de Lótus e 1,32 milhões na do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, e o fluxo de pessoas nas três fronteiras subiu, respectivamente, 9,4 por cento, 52,4 por cento e 77,7 por cento. Estes dados indicam que, após a entrada em vigor do novo horário, houve um aumento significativo no número de passageiros que atravessaram as fronteiras da Flor de Lótus e do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau. No entanto, o número de pessoas na fronteira das Portas do Cerco não diminuiu e subiu mais ainda. A taxa de utilização da fronteira do Porto Interior é mais baixa do que a das outras, só com 689 mil passageiros, representando 0,47 por cento do número total.

O Porto Interior é a fronteira que fica mais perto da zona central da cidade. O reforço das suas funções e aperfeiçoamento das instalações periféricas e de transporte pode contribuir para reduzir a utilização dos transportes públicos, por exemplo, um turista que chegue pelo Porto Interior pode deslocar-se a pé até à Avenida de Almeida Ribeiro e às Ruínas de São Paulo. Isto não só pode resolver as dificuldades de apanhar táxi e autocarro, como também pode aumentar a circulação de pessoas na zona em causa, revitalizar a economia do bairro antigo e melhorar o ambiente de negócios.

O Posto Fronteiriço de Wan Chai situa-se a oeste e a uma distância de apenas 10 minutos da fronteira de Gongbei. A ligação marítima através do Terminal de Passageiros do Porto Interior para aquele posto fronteiriço é de apenas 3 a 5 minutos, por isso, possui as condições para ser um meio de ligação bem acolhido pelos visitantes, podendo até atenuar a pressão na fronteira das Portas do Cerco. Mas o Posto Fronteiriço de Wan Chai funciona das 8:00 às 11:00 horas da manhã e, ainda, desde a 1:00 até às 4:00 horas da tarde, com um intervalo de uma hora e meia. A ligação entre Macau e Wanchai é feita diariamente por trinta carreiras marítimas, havendo um reforço do número dessas carreiras nos feriados. Devido ao curto horário de funcionamento, com um intervalo pelo meio, e ainda ao tempo prolongado de espera entre as carreiras marítimas, a mobilidade dos residentes e dos visitantes é afectada por esses factores. Por outro lado, a degradação das instalações e a insuficiência de equipamentos no referido porto marítimo explicam

também a baixa taxa de utilização desse terminal, de modo que não consegue nem desviar os visitantes nem facilitar a circulação fronteiriça. Recentemente, para segurança dos utentes, as autoridades de Zhuhai decidiram suspender o seu funcionamento, desde 17 de Janeiro, pelo facto de as suas instalações já terem ultrapassado o tempo permitido de utilização segura.

A sociedade sugeriu o prolongamento do horário de funcionamento do posto fronteiriço que liga o Porto Interior a Wanchai, assim como foram apresentadas diversas sugestões para o reordenamento e dinamização da zona do Porto Interior. Apelamos novamente às autoridades de Macau para acelerar as conversações com os serviços competentes do Interior da China, no sentido de melhorar, quanto antes, as actuais instalações de *hardware* e de *software* do Posto Fronteiriço de Wanchai, para o seu aproveitamento adequado, assim como para reabrir esse posto com um horário mais prolongado, sem intervalo e com mais carreiras. A longo prazo, Macau e Zhuhai devem aperfeiçoar em conjunto a gestão desse posto fronteiriço, alterando adequadamente as suas instalações e aumentando o número de utentes dos dois lados que atravessam essa fronteira. A rede viária junto a esse posto fronteiriço deve ser redefinida para desviar os fluxos de circulação na fronteira com Gongbei e atenuar a pressão do tráfego em Macau, promovendo deste modo o desenvolvimento dos dois lados da fronteira. Assim, o projecto de reordenamento desse posto fronteiriço e da zona do Porto Interior pode tornar-se um exemplo bem-sucedido de cooperação regional.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 20.01.2016

Senhor Presidente,
Caros Colegas,

A maratona é já uma cultura, moda e atitude perante a vida. A Maratona Internacional de Macau 2015, realizada no dia 6 de Dezembro, foi bem-sucedida. Enquanto participante na “Mini-Maratona”, senti o entusiasmo dos outros participantes e os esforços envidados pelos trabalhadores neste evento. Aproveitando esta ocasião, permitam-me manifestar-lhes o meu agradecimento.

Já se realizaram 34 edições da Maratona Internacional de Macau e, com os esforços da Comissão Organizadora, a mesma já se tornou num grande evento desportivo anual em Macau, pois tem havido um aumento constante dos seus participantes e tem atraído vários atletas amadores vindos do estrangeiro. As quotas para a edição deste ano atingiram 8 mil participantes, mas, mesmo assim, esgotaram-se num instante, o que demonstra o reconhecimento dado a este evento. Quanto à forma de inscrição adoptada nos últimos anos, tem-se verificado um “congestionamento” tanto *online* como *in loco*. Assim, o primeiro problema a resolver para a Maratona Internacional de Macau poder atingir uma nova etapa é a forma de aperfeiçoar os procedimentos de inscrição.

Olhando para as seis maratonas mais famosas, as de Boston, Nova Iorque, Londres, Chicago, Berlim e Tóquio, assim como para as maratonas com maior participação nos últimos anos, tais como, a “Flor de cerejeira” em Gyeongju, na Coreia de Sul, e a da Gold Coast, na Austrália, todas têm características próprias e locais susceptíveis de atrair a participação dos cidadãos locais e turistas. A Maratona de Tóquio, por exemplo, tem atraído bastantes participantes e o número máximo de espectadores pode ir até aos 2 milhões, portanto, o evento não só atrai atletas como também cidadãos e turistas, o que cria inúmeras oportunidades de negócio. A Maratona da Gold Coast, na Austrália, realiza-se em dois dias consecutivos, sendo o primeiro dia destinado às maratonas de 5 km e para pais e filhos, e o segundo dia à meia maratona e à maratona completa e, assim, a organização tem em conta a atracção de turistas e também as necessidades dos diferentes atletas, o que merece ser tomado como nossa referência, pois os benefícios económicos trazidos por atletas, turistas e locais são muito consideráveis.

No passado domingo, teve lugar a maratona de Hong Kong. Embora com frio e chuva miudinha, conseguiu atrair mais de 60 mil participantes e contou com o apoio da população. Macau é uma cidade turística com muitos pontos turísticos de património mundial, mas, como a pista de corrida é estreita e há condições limitadas, é fácil resultar em congestionamento. Assim, se for possível criar uma pista com características de Macau e cuja dimensão permita mais participantes, a aceitabilidade e a imagem da maratona de Macau vão aumentar, atraindo e

despertando a atenção de mais atletas do exterior, e promovendo o turismo e a economia.

Tendo em vista o sucesso na realização da maratona de Macau, há que aprender com as experiências anteriores e aperfeiçoar os procedimentos de inscrição, tomando como referência os métodos adoptados nas maratonas de grande dimensão ou nas regiões vizinhas, para evitar que os problemas se repitam. Neste ano, foram incluídas na pista as zonas da Barra e o novo *campus* da Universidade de Macau, o que surtiu efeito satisfatório. No futuro, podem ser incluídos mais pontos turísticos do património mundial, a fim de aperfeiçoar a pista, introduzir inovações e enriquecer os elementos turísticos de lazer.

O sucesso de uma actividade depende, sem dúvida, do apoio e da participação da população. O sucesso das maratonas famosas dos diversos locais deve-se ao forte apoio da sua população. Devemos reforçar a divulgação, a fim de alcançar o objectivo de “uma pessoa influencia outra pessoa”, para, no futuro, os atletas poderem receber aclamações e gritos de alegria de toda a população.

Obrigado!

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 20.01.2016

É premente introduzir melhorias nas obras públicas

As obras públicas de Macau têm, desde sempre, apresentado problemas ao nível do cumprimento dos prazos e da qualidade. Por exemplo, registaram-se graves problemas com diversas grandes obras em curso, nomeadamente, a Zona A dos novos aterros, o Terminal Marítimo do Pac On, a 1.^a fase do Metro Ligeiro, etc.. Constam do Plano de Desenvolvimento da RAEM 10 projectos prioritários, incluindo o novo acesso entre Macau e Guangdong, a 4.^a ligação Macau-Taipa, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, etc.. Como é que se retiram ensinamentos para evitar desperdícios de tempo e esforços e perturbações para o público são aspectos que merecem estudo e avaliação por parte do Governo. Proponho então o seguinte:

Primeiro, reforçar a apreciação dos projectos de obras públicas. A prática do Governo é encarregar uma empresa privada da elaboração dos projectos sem que estes se sujeitem à apreciação de um conselho de especialistas. Assim, alguns projectos não são nem científicos nem racionais, acabam por pôr em causa as obras de construção e por obrigar a constantes alterações que resultam em adiamentos. Quanto às obras do Parque Central da Taipa, da habitação pública de Mong Há e da Superestrutura do Parque de Materiais e oficina do Metro Ligeiro, se os projectos tivessem passado pela apreciação de um conselho de especialistas, com vista ao seu aperfeiçoamento, estou em crer que esta situação não teria acontecido. Então, proponho ao Governo que proceda, quanto antes, ao estabelecimento de mecanismos para apreciação dos projectos das grandes obras, criando, para o efeito, um conselho de especialistas.

Por outro lado, é preciso assumir as responsabilidades enquanto «proprietário», intensificando a comunicação com o empreiteiro e a empresa de fiscalização. Como refere o Secretário, dada a falta de trabalhadores na Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, há muitas obras sem funcionários do Governo em permanência, portanto, muitas vezes o gabinete tem de reunir para tomar decisões. Isto é desgastante e cansativo para todos. Há falta de fiscalização por parte do «proprietário» e toda a supervisão é deixada às empresas contratadas para esse efeito, o que pode facilmente conduzir à «auto-fiscalização» e ao enfraquecimento da fiscalização. Por isso, proponho ao Governo que, aquando da «racionalização de quadros e simplificação administrativa», concretize o destacamento em permanência de funcionários públicos nas obras em andamento, reforçando a responsabilidade fiscalizadora do «proprietário».

Além disso, há que introduzir, quanto antes, o «mecanismo da cláusula penal compensatória». Quanto às medidas sancionatórias, em caso de incumprimento de contratos nas obras públicas, o Governo dispõe apenas de um mecanismo sancionatório *a posteriori*, não podendo exortar os empreiteiros a cumprir prazos.

Actualmente, os diversos sectores da sociedade são unânimes em considerar que deve ser introduzido o «mecanismo da cláusula penal compensatória» nas obras públicas, por forma a permitir que os empreiteiros tenham logo conhecimento do montante da indemnização, e a colmatar as falhas do actual modelo sancionatório. Porém, o Governo ainda está a estudar essa viabilidade, de forma lenta, e não chegou a nenhuma conclusão. Espero que o Governo tome uma decisão, quanto antes, e introduza este mecanismo.

Por fim, há que introduzir o mecanismo de arbitragem obrigatória, aumentando a eficácia na resolução de litígios. Actualmente, estes são resolvidos pela via judicial, com recursos atrás de recursos, morosos e onerosos, implicando elevados custos para a sociedade. Em Hong Kong, a arbitragem nas obras públicas já está generalizada, permitindo a presença de árbitros independentes em todas as reuniões sobre o projecto, no sentido de coordenar as opiniões do Governo e do empreiteiro, o que acaba por garantir, indirectamente, o cumprimento dos prazos. Creio que, se o mecanismo for introduzido pelo Governo nos futuros projectos de obras públicas, os litígios poderão diminuir e a eficiência poderá aumentar.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 20.01.2016

Tem sido, desde sempre, expectativa da sociedade de Macau, que as políticas do Governo para controlo do mercado imobiliário tenham por objectivo a razoabilidade dos preços dos imóveis, através, principalmente, do ajustamento da oferta e da procura, assim como da regulamentação do funcionamento do mercado. Mas, na realidade, as medidas de controlo implementadas no passado não surtiram efeito, e os preços dos imóveis estão sempre a aumentar. Com o impacto da situação macroeconómica de meados de 2014, os preços dos imóveis registaram uma descida, mas continuam a ultrapassar a capacidade aquisitiva do público em geral, o que só faz sobressair o problema da habitação.

A meu ver, os problemas de habitação são graves, em primeiro lugar, o elevado preço das habitações, que os cidadãos em geral não têm capacidade de adquirir. Segundo as estatísticas, nos últimos 10 anos os preços dos imóveis têm subido. Desde 2007, os preços médios das habitações têm aumentado significativamente e a um ritmo cada vez mais acelerado. Em 2014, para adquirir uma fracção habitacional com uma área de 60 metros quadrados, a proporção entre o preço dos imóveis e o rendimento familiar já era de 17,5. Mesmo em 2015, ano em que os preços dos imóveis registaram uma descida de 20%, a referida proporção também atingiu 14,7, ultrapassando consideravelmente o âmbito razoável definido a nível internacional, que varia entre 3 e 6.

Segundo, o mercado imobiliário continua quente, o que pode levar a uma bolha e ao acumular de riscos financeiros. Nos últimos anos, o acelerado desenvolvimento do sector do jogo deu origem ao enriquecimento acelerado de alguns residentes. Como os canais de investimento não são diversificados, o mercado imobiliário tornou-se num importante instrumento de investimento para alguns. Devido aos baixos juros e à política monetária expansionista, entrou muito dinheiro quente do exterior, aumentando constantemente os riscos de surgimento de uma bolha. Segundo um estudo, os índices da referida bolha atingiram 6,93 em 2008, e aumentaram para 7,81 em 2009. Desde 2008 que estes índices se mantiveram acima de 5, ou seja, entrou-se numa fase de risco de surgimento duma bolha imobiliária.

A par dos elevados preços dos imóveis e dos investimentos quentes, a estrutura da oferta habitacional é irrazoável. Segundo o Estudo sobre a política de habitação pública, a partir de 2000, são poucas as habitações privadas construídas e as áreas médias de construção são cada vez maiores. Como é evidente, a oferta das habitações de pequena e média dimensão de que os residentes e as famílias em geral necessitam é insuficiente, evidenciando-se assim a contradição existente ao nível da oferta.

Por isso, fenómenos como os preços bastante altos das habitações, o

aumento incessante do investimento em propriedades e o desequilíbrio estrutural da oferta de habitação demonstram-nos que existem problemas graves nesta área e que o controlo do mercado imobiliário não consegue surtir os efeitos desejados. Estes problemas estão a influenciar negativamente a economia real e as economias emergentes. A “desregulação” do mercado não vai ter efeitos no desenvolvimento económico, antes pelo contrário, os preços das habitações diminuem e, entrando-se numa fase de adaptação, a estrutura económica vai ajustar-se de forma mais rápida.

Com as influências do ambiente económico externo e do ajustamento económico de Macau, é cada vez mais forte a desaceleração económica e o mercado imobiliário está numa fase crucial de macrocontrolo. Há dias, por razões de “missão finalizada”, foi extinto o Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário, mas o mercado imobiliário não é um mercado normal, tem implicações para a vida da população e para o desenvolvimento sustentável da economia, por isso, há que criar mecanismos de controlo aperfeiçoados. Sendo assim, solicito novamente ao Governo que tenha em atenção o desenvolvimento sustentável do sector imobiliário, a médio e longo prazo, que estude, de forma aprofundada, as características deste sector, no sentido de adoptar medidas para controlo dos investimentos e da procura especulativa, e de estabilizar a expectativa social, guiando os preços das habitações rumo a níveis razoáveis. Há então que acelerar a criação de mecanismos eficazes e de longo prazo para o sector imobiliário e alterar o vício das “medidas de curto prazo”, com vista a promover o desenvolvimento estável e saudável do mercado.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.01.2016

Construir uma cidade saudável através do melhoramento dos mecanismos de prevenção do cancro

No ano 2000, a *Union for International Cancer Control* (UICC) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) assinaram a “Carta de Paris” na Cimeira Mundial Contra o Cancro, definindo o dia 4 de Fevereiro como o Dia Mundial da Luta Contra o Cancro. A UICC definiu objectivos para os anos de 2016 a 2018, nomeadamente: “Podemos vencer o cancro” através da publicidade universal, eliminando assim os fracos conhecimentos da população sobre o cancro, e difundir meios de vida saudável; mais, educar as pessoas para que façam testes de triagem com maior antecedência, com vista a diminuir a taxa de incidência do cancro; e ensinar os meios de recuperação aos doentes com cancro e prestar-lhes apoio psicológico para que possam encontrar a sua utilidade na sociedade, assim como elevar a qualidade de vida dos doentes.

De acordo com o relatório da OMS, o cancro é a doença mais comum e mais mortífera do mundo. Em 2012, registaram-se 14 milhões de novos casos de cancro e prevê-se um aumento de 70%_nos próximos 20 anos, atingindo 22 milhões de doentes. De acordo com os dados sobre o cancro em Macau, em 2013 registaram-se 1600 novos doentes de cancro. Estima-se, de acordo com as faixas etárias, que a taxa de incidência do cancro é: em 5 residentes 1 terá a doença e em 11 residentes 1 irá morrer de cancro dos 0 aos 74 anos. Com vista a enfrentar esta tendência, tanto o Governo como a sociedade devem prestar mais atenção aos doentes de cancro, dando prevalência à prevenção, e diminuindo a incidência da doença e os respectivos custos médicos. Mais, o Governo deve divulgar à sociedade que esta tem de cuidar melhor dos doentes com cancro, assim como difundir os meios de prevenção e de vida saudável na luta contra o cancro.

Actualmente, o Governo de Macau presta serviços gratuitos de assistência médica e de enfermagem aos portadores de cancro, dando-lhes um enorme apoio económico, mas estes ainda suportam os riscos e sofrimentos da sua doença. Numa perspectiva futura, para reduzir os custos médicos da sociedade e diminuir os danos dos pacientes, as autoridades devem investir mais recursos e avançar com os trabalhos de prevenção e rastreio do cancro, e concretizar, gradualmente, o rastreio, o diagnóstico e o tratamento precoces, com vista a promover, eficientemente, o desenvolvimento da respectiva prevenção e controlo. Assim, sugiro ao Governo o seguinte: 1. Mediante uma investigação sobre a saúde da população, avançar com a definição de políticas científicas de prevenção e tratamento das doenças; 2. Criar um grupo de trabalho especializado em censo e prevenção do cancro, em função de conhecer, periodicamente, as provas científicas, e elaborar sugestões adequadas à região acerca da prevenção e rastreio do cancro; 3. Concluir, quanto antes, o trabalho de balanço sobre o

programa piloto relativo ao rastreio dos cancros do colo de útero e do intestino grosso, por forma a criar uma base de dados dos indivíduos com alto risco de cancro, para prestar-lhes o devido serviço de rastreio.

A fim de reforçar, junto dos pacientes com cancro, a orientação de recuperação e a solidariedade psicológica, e aumentar a sua qualidade de vida, foram criadas algumas entidades de serviços, tais como, organizações de auto-ajuda para pacientes com cancro, o Centro Hong Ling e o centro de recursos para pacientes cancerosos, etc. Mas considerando o aumento do número dos pacientes com cancro, acredita-se que vai aumentar a procura destes serviços. Dando como exemplo o serviço de apoio aos doentes em fase terminal, em 2000 foi criado o Centro Hong Ling, que presta aos pacientes e aos seus familiares serviços de apoio e cuidados aos níveis físico, psicológico e espiritual. Mas, nos últimos 2 anos, aumentou a procura deste tipo de serviço, aliás, o número médio de internamento é de cerca de 400 pacientes. Após o alargamento, este Centro dispõe de 35 camas, que, mesmo assim, ainda são escassas, bem como o pessoal. Portanto, o respectivo planeamento de serviços de há 15 anos dificilmente consegue já dar resposta às necessidades reais. Assim, sugiro ao Governo o seguinte: 1. Rever as necessidades dos serviços de apoio aos doentes em fase terminal, ajustar a percentagem entre o número de camas e de pacientes, estudar a prestação aos pacientes com cancro de serviços de tratamento de alívio via consulta externa, e formar pessoal especializado em oncologia e assistentes para aumentar os respectivos serviços; 2. Intensificar as funções do centro de recursos para pacientes com cancro para prestar-lhes, e aos seus familiares, um apoio mais abrangente, com vista a mostrar-lhes a solidariedade do Governo; 3. Reforçar o apoio às organizações e grupos de doentes, a fim de ajudar os pacientes a reencontrar o seu papel na sociedade.

Por fim, também sugiro aos cidadãos que aumentem o seu conhecimento sobre a prevenção do cancro e que criem um modo de vida saudável, sendo assim responsáveis pela sua própria saúde.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

“Os casos de pobreza envergonhada em Macau e as suas consequências sociais”

Após o estabelecimento da RAEM têm aumentado casos de indivíduos e famílias em situações de “pobreza envergonhada”. Para além das infelicidades pessoais ou familiares estas situações têm ocorrido devido à inflação, rendas elevadas e o encarecimento brutal dos preços dos principais bens essenciais e de primeira necessidade. Assim convém referir que o desenvolvimento económico da RAEM fez surgir uma nova classe de pobres.

No dia 9 de Janeiro do corrente ano, fui visitar 5 famílias todas residentes na zona norte da cidade que se encontram em nítido estado de “pobreza envergonhada”.

No primeiro caso, o Sr. Ng X Ji tem 61 anos de idade e vive na mesma casa com 2 filhos. O filho mais velho de 24 anos de idade está há vários anos desempregado e o mais novo de 15 anos estuda numa escola secundária. O Sr. Ng como porteiro trabalha 10 a 12 horas por dia e recebe o salário mensal de 6 mil patacas sendo este o único rendimento da família. A esposa é doméstica mas sofre de várias doenças crónicas e semanalmente descola-se ao hospital público para diversas consultas de especialidade. As 6 mil patacas são manifestamente insuficientes para sustentar 4 adultos.

No segundo caso, o Sr. Fong X Jeng tem 58 anos de idade, faz trabalho de recolha e limpeza de 3 blocos habitacionais de 25 andares cada um localizados na zona norte, trabalha por dia 12 a 14 horas, e há 6 anos que não tem férias. Vive no local destinado a depósito de lixo de um dos blocos habitacionais e aufer 8 mil patacas por mês para sustentar a esposa que é doméstica e dois filhos menores que vivem em Zhuhai por as rendas em Macau serem elevadas.

No terceiro caso, a Sra. Wong X Long, viúva, tem 61 anos de idade, é desempregada por ser portadora de diversas doenças crónicas e recebe por mês MOP\$3120,00 patacas de previdência social. Vive numa casa particular sito no 5 andar, sem elevador e tem 1 filho maior e 1 filha casada que sistematicamente a pressionam para vender a casa e partilhar os dividendos.

No quarto caso, a Sra. Wong X Wun tem 70 anos de idade, vive sozinha é portadora de várias doenças crónicas e no ano passado o marido suicidou-se por sofrer de uma doença cancerígena e não tem mais familiares que possam ajuda-la. Recebe mensalmente de previdência social cerca MOP\$2500,00 patacas por mês.

No quinto caso, a Sra. Chao X Leng, tem 58 anos de idade, é desempregada, em 2007 o marido foi morto no interior do continente, vive com 1 filho de 32 anos que sofre de doença mental com tendências para agressividade e esta desempregado há vários anos. A Sra. Chao sobrevive de empréstimos de alguns familiares e amigos próximos.

Estes casos de “pobreza envergonhada” afectam as estruturas básicas da sociedade e não deve ser considerado pelas entidades oficiais como “acidentes de percurso” nas vidas das pessoas porque elas levam à marginalização e exclusão social de todos eles.

São fenómenos especiais de “pobreza envergonhada” que, pelo seu exterior, transmitem à sociedade que se encontram em óptimas condições, mas na verdade, escondem a realidade das suas circunstâncias.

Estes dramas ocorrem face às circunstâncias repentinas da mudança dramática das vidas dos seus entes queridos aliados à situação económica e social tais como a subida vertiginosa das rendas e preços da habitação bem como a inflação e aumento substancial dos bens essenciais.

Cabe às entidades oficiais a obrigação de melhorar as redes de proximidade à assistência social para que sejam mais eficazes e capacitadas para responder de imediato quem mais precisa desse apoio. Tal como o fenómeno geral da pobreza, a exclusão social, também, é uma realidade causada por diversos factores como o desemprego, a marginalidade e a discriminação”.

Em Macau ainda existem algumas instituições que prestam apoio concedendo mensalmente bens essenciais, comida ou roupa mas muito deste apoio é feito de forma cada vez mais discreta, para evitar ferir sensibilidades.

Muito Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 20 de Novembro de 2016.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 20.01.2016

Há que rever o regime para atribuição do subsídio de família

Os requisitos para a atribuição do subsídio de família não conseguem acompanhar o evoluir da situação socioeconómica de Macau. Veja-se o exemplo das regras de atribuição do subsídio de família para o cônjuge, ascendentes e descendentes dos funcionários, que exigem que estes não podem receber, anualmente, retribuições, rendas e pensões, entre outros proventos, cujo montante exceda os 600 pontos da tabela indiciária. Se se dividir este montante por 12 meses, o montante mensal não ultrapassa os 50 pontos indiciários, logo, se o montante ultrapassar estes 50 pontos, o pedido não é aceite.

Actualmente, um ponto indiciário corresponde a 81 patacas. Se o seu cônjuge tiver um rendimento mensal superior a 4050 patacas, o funcionário não pode requerer aquele subsídio. Isto é injusto para marido e mulher funcionários de categoria baixa, em que ambos precisam de trabalhar para sustentar a família, uma vez que os preços dos produtos e dos imóveis são elevados.

O índice mínimo de subsistência e o salário mínimo divulgados pelo Governo também ultrapassam as 4050 patacas, por isso, espera-se que o Governo da RAEM aumente o limite do rendimento anual para efeitos de atribuição do subsídio de família, com vista a permitir que os cônjuges, ascendentes e descendentes trabalhem para a sociedade e usufruam dum salário para sustento da família.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 20-01-2016

O tratamento justo, transparente e imparcial da recuperação de terrenos desaproveitados e o destinar dos terrenos recuperados para à construção de habitação pública são tarefas governativas nas quais se concentra a atenção do público. Entretanto, o garantir da recuperação dos terrenos e o assegurar, ao mesmo tempo, dos interesses e direitos dos proprietários de fracções em construção, suscitaram grande discussão no seio da população.

Recentemente foram denunciados vários casos pendentes de incumprimento de contratos na exploração de terrenos, alguns dos quais têm o prazo de concessão de 25 anos caducado ou quase caducado, e se encontram desocupados. Exorto, mais uma vez, o Governo a reverter, atempadamente, os referidos terrenos, abandonando o conluio com empresários, de modo a planear o seu uso em função do interesse público. Além disso, o Governo precisar de esclarecer as medidas de protecção destinadas aos proprietários que tenham adquirido imóveis na fase pré-venda. Medidas destas são, por exemplo, reaver o montante da caução e pedir uma indemnização equivalente ao dobro da caução, e, no caso dos pequenos proprietários, os que pretendam anular a transacção devem poder requerer ao Governo a devolução do imposto de selo. Para aqueles que querem fechar a transacção e adquirir efectivamente o apartamento, o Governo pode definir condições, prevendo que no novo concurso público, o projecto original seja mantido e que o novo empreiteiro conclua as obras previstas nos termos do contrato original.

Em resposta à minha interpelação escrita, a DSSOPT prometeu que ia adoptar procedimentos de despejo sobre os 18 terrenos cuja concessão tinha sido declarada caducada e que, após a respectiva retoma, ia pensar, aprofundadamente, na sua localização, dimensão e forma, tendo em conta a respectiva articulação com as políticas de habitação pública. Prometeu ainda dar o devido acompanhamento aos procedimentos jurídicos a seguir relativos aos terrenos situados na Avenida Wai Long e Estrada da Ponta da Cabrita (que podem proporcionar 15 mil habitações públicas), a fim de se dar início aos trabalhos de planeamento assim que terminarem os procedimentos legais. Desejo que o Governo defina, o mais rápido possível, os planos de utilização destes terrenos.

Quanto aos 48 terrenos incluídos na lista dos que não foram aproveitados dentro do prazo, foi tomada a decisão de que alguns vão ser retomados, outros vão ser “libertados”, e nove vão ser “tratados”. Estes terrenos ocupam uma área superior a 200 mil metros quadrados para fins não industriais (podem então ser utilizados para a construção de mais de 20 mil fracções públicas). Solicito ao Governo que tome uma decisão em prol da salvaguarda do interesse público.

IAOD do Deputado Au Kam San em 20.01.2016

A fiscalização e controlo devem ser assumidos por profissionais, sem que o Governo tenha de assumir o papel de ama

Numa sociedade moderna, os governos não devem assumir o papel de amas e nem todos os assuntos devem depender da sua fiscalização e controlo. Os profissionais das diferentes áreas é que devem desempenhar o seu papel de “guardiões”. Defendo sempre o conceito de “pequeno governo”, isto é, que o governo não deve intervir em questões que podem ser resolvidas pelo mercado, e oponho-me a que tudo seja controlado pelo governo, pois isso implica alargamento não só do seu âmbito de controlo como da estrutura e máquina administrativa. Normalmente, o aumento de serviços públicos tem como consequência hierarquias cada vez mais complexas e diminuição da eficácia, enquanto o alargamento da estrutura e do pessoal resulta em consumo de recursos sociais por estruturas burocráticas.

Assim, o Governo já não tem de assumir as suas responsabilidades? Claro que não! Todos os anos, o Governo despende elevadas somas do erário público para sustentar os governantes, que têm as suas próprias tarefas e responsabilidades. Mas há que respeitar o princípio da proporcionalidade. Veja-se, por exemplo, o caso do Pearl Horizon, que tem sido recentemente alvo da atenção da sociedade. O essencial neste caso reside na seguinte questão: as informações são suficientemente transparentes? Muitas pessoas atribuem a culpa à insuficiência de informações, porque os compradores desconheciam a existência do prazo 25 anos para a concessão provisória. Mas de quem é a culpa? O Governo tem de prestar serviços de consultadoria a cada um dos compradores? A meu ver, numa sociedade moderna e civilizada, este papel deve ser assumido por profissionais e não pelo Governo. O que este deve fazer é assegurar, tanto quanto possível, a transparência suficiente, proporcionando meios para que todos possam aceder às informações necessárias, desde que não envolvam dados pessoais de terceiros. Quanto aos terrenos, estão disponíveis informações na Rede de Informação Cadastral, criada pela Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, através da qual, os cidadãos e os investidores podem aceder às informações de cadastro, conteúdo de despacho e servidão cartográfica referentes aos lotes de terrenos e edifícios. Teoricamente, antes da aquisição de uma fracção, os cidadãos podem aceder àquela Rede para obter informações sobre os terrenos envolvidos.

Claro que a população pode não saber da existência desta Rede, e mesmo que saiba, pode não saber como proceder à respectiva consulta. Isto é uma realidade, pois trata-se de um sistema em que o acesso à informação não é muito fácil nem rápido, portanto, há que recorrer à ajuda de profissionais. E como podemos obter essa ajuda? Tal como na aquisição de habitação, há pelo menos dois profissionais que nos podem ajudar, e um deles é o mediador imobiliário.

Nos termos da alínea 2) do n.º1 do artigo 21.º da Lei n.º 16/2012 – Lei da actividade de mediação imobiliária, o mediador imobiliário é obrigado a “obter informações junto do cliente com quem celebra o contrato e fornecê-las de forma clara, objectiva e adequada a outros clientes e interessados, nomeadamente informações sobre a situação jurídica, características, preço e condições de pagamento do bem imóvel”. Portanto, ao promover uma transacção, o mediador imobiliário tem a responsabilidade de dar ao comprador informações sobre a situação jurídica da fracção em causa. Se não o fizer, viola as suas obrigações, e se for acusado, é punido com multa de 20 mil a 100 mil patacas.

As fracções do Pearl Horizon começaram a ser vendidas em 2012, mas a Lei da actividade de mediação imobiliária só entrou em vigor em 1 de Julho de 2013, por isso, é claro que as transacções efectuadas antes desta data não são abrangidas. No entanto, muitos proprietários do Pearl Horizon disseram-me que as suas fracções foram adquiridas, junto do construtor ou de vendedores, nos últimos dois anos, e até que algumas transacções foram efectuadas em Junho de 2015. Assim, temos de perguntar: quando considerou comprar as fracções em construção, o mediador imobiliário deu-lhe informações sobre o facto de o prazo da concessão terminar no final de 2015? Se não o fez, o mediador não cumpriu as suas obrigações, pois é ele quem dá a primeira ajuda.

Existe uma segunda barreira ainda mais importante. Em Macau, a compra de fracções exige actos notariais. Porque é que isto acontece? Teoricamente, os compradores são cidadãos comuns sem conhecimentos jurídicos, portanto, quando há transacções que envolvem valores relevantes, é necessária a intervenção do notário, enquanto guardião jurídico de ambas partes, vendedor e comprador. No caso da aquisição de fracções de edifícios em construção, intervêm os advogados, assumindo as devidas responsabilidades jurídicas perante os compradores, devendo informá-los claramente das características e estado jurídico da fracção em causa, por exemplo, se o terreno onde se encontra a fracção é privado ou concedido por arrendamento, e neste caso, quando é que expira o prazo, e quais são os riscos jurídicos inerentes à aquisição, etc.. Isto é básico para qualquer advogado! Se o advogado nem a pesquisa de informações sobre o terreno faz e apenas assina para receber o dinheiro, então, trata-se de um grave incumprimento dos seus deveres. E caso o advogado esteja na posse daquelas informações e as oculte por negligência ou propositadamente, no primeiro caso fica em causa a sua deontologia profissional e no segundo caso estamos perante uma conspiração para fraude.

No caso do Pearl Horizon, verifica-se que os promotores contornaram, de antemão, as normas da lei de aquisição dos edifícios em construção, e aquando da venda ocultaram a informação sobre o prazo de 25 anos. Então, devem assumir a maior parte da responsabilidade. Durante a compra das fracções falharam os referidos dois guardiões, o que acabou por deixar os potenciais

proprietários sem saberem nada sobre o terreno em causa. Para que Macau avance, há que proceder, gradualmente, à criação e à melhoria dos regimes de fiscalização, para que esta seja assumida pelos profissionais, cada um na sua área. Este é o caminho inevitável para o desenvolvimento social, no entanto, não se pode depender de burocratas! Macau está cheio de burocratas, e de má qualidade, e a expansão viciosa da estrutura burocrata é uma realidade.

IAOD do Deputado Chan Chak Mo em 20.01.2016

Sugere-se que o Governo implemente, quanto antes, medidas de curto prazo para estimular a economia

Sr. Presidente,
Caros colegas:

A economia de Macau está numa fase de ajustamento desde o 3.º trimestre de 2014 e este ciclo económico ainda não terminou. Nos primeiros três trimestres de 2015, a economia contraiu-se 25 por cento, em termos reais.

As receitas do jogo caíram em Dezembro de 2015 pelo décimo nono mês consecutivo. Nos primeiros onze meses do ano passado, o número total de turistas diminuiu 3,1 por cento, em termos anuais, e, no terceiro trimestre, a despesa total dos visitantes (excluindo no jogo) caiu 19,5 por cento, em termos anuais.

Com a descida nos sectores do turismo, serviços e importações, o crescimento das despesas de consumo privado e de investimento abrandou e está a atingir um “ponto de inflexão”. Segundo o último Inquérito ao Emprego (referente ao período de Setembro a Novembro de 2015), apesar de a taxa de desemprego permanecer em 1,9 por cento, houve uma subida na taxa de subemprego em relação aos três meses anteriores.

É de lembrar que na reunião plenária da AL realizada em 19 de Novembro do ano passado, ao responder às minhas perguntas, o Chefe do Executivo afirmou que, para reforçar a procura interna e estimular o consumo, o Governo ia estudar sugestões, inclusivamente, a atribuição de vales de consumo.

O “timing” é muito importante para determinar se uma medida é eficaz. Espero que os serviços competentes possam cumprir, quanto antes, as instruções do Chefe do Executivo, estudar medidas viáveis e elaborar as respectivas normas de execução e, numa fase de desaceleração económica, lançar, com a maior brevidade, medidas de estímulo à economia e procura interna para permitir aos residentes e empresas, especialmente às PME, beneficiarem, verdadeiramente, das referidas medidas de incentivo.

Para além disso, o sector do turismo enfrentou uma concorrência intensa nos últimos anos, devido à eliminação de restrições no visto, no Japão e na Coreia do Sul, e à depreciação das suas moedas, bem como ao surgimento de outros destinos asiáticos que possuem jogo.

Tomando como referência a experiência da Coreia do Sul, após a confirmação do primeiro caso da síndrome respiratória do Médio Oriente a 20 de

Maio do ano anterior, até ao termo do surto da epidemia a 28 de Julho, a economia caiu e, para impulsionar o turismo e estimular a procura interna, o Governo realizou, rapidamente, entre 14 de Agosto e 31 de Outubro de 2015, um Festival de Compras, que contou com a participação de 342 empresas e 34 mil e 909 *stands*, no qual foram proporcionados vários grandes descontos em termos de alojamento, compras, consumo, visita, etc. No período de realização do Festival, entre Agosto e Setembro do ano passado, o número de turistas na Coreia do Sul teve um aumento significativo de 64,8 por cento.

Este evento, que visava atrair mais turistas, realizou-se com sucesso graças à organização de vários serviços públicos, tais como, o Ministério da Cultura, Desporto e Turismo, o Ministério da Estratégia e Finanças, o Ministério do Comércio, Indústria e Energia, o Ministério da Terra, Infra-estruturas e Transportes, e a Organização do Turismo da Coreia, bem como à participação activa do sector do turismo.

Nesse sentido, sugere-se que o Governo da RAEM peça aos serviços públicos responsáveis pelas áreas das finanças, turismo, transportes, assuntos cívicos, etc., que elaborem medidas eficazes e abrangentes a implementar a breve trecho, devendo ainda colaborar com os sectores ligados ao turismo, como transportes, restauração, venda a retalho, jogo e alojamento, para promover o nosso turismo e serviços junto de outros mercados, e atrair mais visitantes, bem como aumentar o consumo e estimular a procura externa.

Obrigado!